

CORREIO BRAZILIENSE

COBRANÇA TARDIA

8661 NNC 81

Josaphat Marinho

Q-21

Em reunião do Ministério, no dia 4 último, divulgada pela televisão e nos jornais, o presidente da República mencionou várias obras de seu governo. Considerou-as realizações relevantes, tanto que lhes deu realce e para elas recomendou maior informação. Mais: cobrou ação de seus auxiliares, a começar dos ministros, bem como dos governadores e prefeitos que são parceiros do poder federal em diversos projetos. De todos exigiu eficiência e comunicação. Foi uma cobrança geral.

Ora, cobra quem é credor. E de quem é devedor. Não há cobrança procedente sem dívida. E dívida reclamada significa devedor em mora. Se o devedor está no prazo de pagamento, não há liquidação exigível. Pedir, antecipadamente, a quitação de valor que tem prazo certo para solvência pode configurar abuso de direito, ou procedimento condenável de maior gravidade. Tal conduta, por excessiva, autoriza reação legítima. Se o presidente da República alegou obras e requereu mais conhecimento delas pela população, é porque se julga credor. No seu entender, há benefícios, realizados pelo governo federal ou com o seu concurso, ignorados ou não devidamente conhecidos por muita gente. Tornar esses serviços de ciência e reconhecimento do homem comum, quer o presidente, é obrigação dos membros do governo e de seus aliados nos trabalhos feitos. De qualquer modo, o governo declara-se credor de seus associados. Sendo assim, o presidente há de admitir, também, como procedentes as críticas da sociedade. Se o próprio meio oficial confessa que seus atos não foram convenientemente transmitidos ao público, está justificando por que não os conhece a população. Mas isso indica, igualmente, que não houve fiscalização regular dos serviços apontados.

Complicado será se a comunica-



Arte: Kacio

ção não se fez por falta de material adequado ao convencimento das pessoas. Não se vende com facilidade produto pouco atraente e sem utilidade manifesta. Não há comunicador que faça milagre, se a mercadoria exibida é pouca, ou de má aparência. Se assim ocorrer, ministros, diretores, governadores, prefeitos poderão estar diante de deficiências ou obstáculos para atender à cobrança presidencial. Como o chefe do governo mostrou-se convencido do que dizia, resta aguardar

a resposta dos convocados. Mas é oportuno lembrar que obras e serviços de utilidade geral se projetam por seus efeitos, mais que por sua criação e sua publicidade. Assim foi com a Companhia Siderúrgica Nacional, a Petrobras, a Vale do Rio Doce. Há obras e serviços anunciados, entretanto, a que não corresponde real eficiência. Por isso mesmo, o presidente da República deve exigir fatos, demonstração de atividades, prova de funcionamento de órgãos, estatística de beneficiários,

e não contentar-se com a revelação fria de cifras.

O povo não quer conhecer relatórios formais, e sim comprovação de realizações vivas, de rodovias, pontes, hospitais, escolas, em funcionamento. Das obras que estiverem por terminar, que se justifique a razão, se esclareça o prazo para concluir, se declare o saldo de verba em depósito, ou a receber. O interesse coletivo está no uso do empreendimento, presente ou de futuro certo. Para a população que necessita dos serviços públicos, nada pior do que a espera indeterminada. O sofrimento também cansa, mas o triste destino dos excluídos compromete a imagem dos dirigentes. Se o governo cuidou do social, é tempo de revelar os resultados, para que não cresça a má impressão da cesta básica sem leite.

Enquanto não se conhecer a resposta alentadora, esperada pelo governo, prevalecerá a reclamação popular, expressiva de anseios não atendidos. Se as obras alegadas não aparecem até agora, ou não produziram a repercussão desejada, não se há de confiar que venham a ser reprodutivas e satisfatórias as que se fizerem no burburinho do interesse eleitoral. Tais obras se paralisam ou se desfazem por encanto com o encerramento da eleição. Daí o desabafo do presidente, sobretudo quanto às ações relativas à seca: "Quero dizer aos senhores ministros e funcionários que vou cobrar, porque eu assinei os decretos e apoiei medidas necessárias. Dei condições para que as coisas aconteçam. Agora, vou cobrar. E vou cobrar também dos governadores e dos prefeitos" (JB, 6.6.98). Seria o caso de dizer: devedores, alerta! Parece tarde, porém, a julgar pela indicação das pesquisas eleitorais correntes.

■ Josaphat Marinho é senador pelo PFL da Bahia